

Curso de pedagogia: reconstrução da proposta curricular

*Arita Morais D'Ávila**

*Jerônimo Sartori***

Resumo

O texto apresenta a sistematização do processo vivenciado na reconstrução da proposta curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo. Inicialmente, busca contextualizar o curso no espaço/tempo frente às exigências que emanam das políticas educacionais oficiais. Relata o procedimento metodológico que foi desenvolvido no processo da referida reconstrução. Considera e destaca os avanços em relação às novas demandas socioeducacionais. Também, de forma sucinta, aborda as perspectivas em relação ao perfil do egresso que se pretende formar no curso.

Palavras-chave: socioeducacionais, procedimentos metodológicos, políticas educacionais.

* Professora do curso de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo, especialista em Educação.

**Professor do curso de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo, mestre em Educação.

Contextualizando o curso

No Brasil, a partir de meados da década de 1990, intensificaram-se os debates acerca da formação inicial de professores, especialmente após a aprovação da lei nº 9 394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esse debate toma como pano de fundo a ampla literatura referente à formação de professores, bem como as diretrizes das novas políticas educacionais, que apontam para mudanças significativas na área da formação inicial dos futuros profissionais da educação.

Os aspectos legais emergentes e as sucessivas avaliações no processo de formação do pedagogo possibilitaram à Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo envolver-se, a partir de agosto do ano de 2000, na tarefa de reformular o currículo do curso de Pedagogia. O Colegiado do Curso envolveu-se num processo de estudos, debates e encaminhamentos, visando sistematizar as alterações a serem implementadas para atender aos objetivos e às demandas na formação do pedagogo que atua nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação especial e na educação infantil.

A formação do pedagogo em Passo Fundo deu-se, inicialmente, através da Faculdade de Filosofia, desde 1957, a qual passou a integrar a Universidade de Passo Fundo em 1967, atendendo aos preceitos da lei da reforma universitária – lei nº 5 540/68. Porém, em 1970, por força da lei nº 5 540/68, a Faculdade de Filosofia desdobrou-se em institutos básicos (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas e Geociências) e na Faculdade de Educação, através da portaria nº 6/70 da UPF, de 17/12/70.

Inicialmente, o curso de Pedagogia concedia o título de bacharel em Pedagogia e habilitava para ministrar as matérias pedagógicas no curso normal. Ao final da década de 1970, após estudos aprofundados, a Faed passou a oferecer a habilitação de Professores das Séries Iniciais da Escolarização (1979). Em 1974, foi incluída a habilitação em Educação de Excepcionais à licenciatura de Pedagogia, com ênfase na deficiência mental. E, em 1995, foi implantada a habilitação em Educação Pré-Escolar, que, por determinação legal, em 1998, passou a denominar-se de habilitação em Educação Infantil.

O processo de reformulação curricular do curso de Pedagogia teve abrangência nas três modalidades (anos iniciais do ensino fundamental, educação especial e educação infantil), em que se buscou considerar a trajetória que a instituição configurou ao longo desse período na formação de professores e no próprio desenvolvimento social, político, econômico, cultural e educacional da sua região de abrangência.

Processo metodológico desenvolvido

A metodologia de reconstrução da proposta curricular do curso de Pedagogia considerou a legislação que regulamenta os cursos de licenciatura, as diretrizes curriculares para a formação inicial de professores e os indicativos emergentes das avaliações realizadas no decorrer do processo de oferta do curso. Nesse sentido, as discussões e os estudos se encaminharam para a reflexão sobre os procedimentos pedagógicos, os conteúdos essenciais, a prática pedagógica e o cotidiano da escola,

locus em que os egressos do curso desenvolvem o exercício profissional da docência.

O processo desenvolveu-se, inicialmente, respeitando o acúmulo de experiências vivenciadas em todo o período de oferta do curso pela instituição desde 1957. Assim, em meados de 2000, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) solicitou o envio do projeto pedagógico do curso de Pedagogia, tendo em vista sua inclusão no Exame Nacional de Curso – Provão – a partir do ano de 2001. Isso suscitou da Faed a revisão da proposta original do curso, haja vista que algumas alterações haviam sido introduzidas, sem, no entanto, terem sido sistematizadas. Esse momento constituiu-se no marco inicial dessa reconstrução, que, a partir de agosto de 2000, tomou forma oficial de processo, conduzido por uma comissão indicada pela direção da unidade.

A comissão adotou como princípio metodológico o diálogo e a participação, como possibilidade de interagir com os instituídos no processo (direção, professores, funcionários e alunos). Assim, desenvolveram-se reuniões do Colegiado do Curso para analisar as alterações que haviam sido encaminhadas ao Inep e para estudos sobre as diretrizes curriculares para a formação de professores. Realizou-se, também, um seminário envolvendo todos os alunos e os professores do curso de Pedagogia, tendo como debatedores os professores Dr. Ariel Ruiz Aguilera¹ e Dr. Osvaldo Alonso Rays.² Também se debateu em sala de aula com os acadêmicos do curso o perfil do formado e os objetivos do curso, buscando colher sugestões para o aperfeiçoamento desses itens, bem como daqueles que fossem apontados como passíveis de alteração

e de adequação às novas demandas socioeducacionais do licenciado em Pedagogia.

No início do ano de 2001, intensificaram-se os trabalhos no sentido de consolidar a reformulação curricular do curso. Para isso, tomou-se como encaminhamento realizar reuniões de trabalho todas as quartas-feiras à tarde, das quais participavam professores do curso, coordenação e representantes dos alunos. Os encaminhamentos de uma reunião eram retomados no início da reunião posterior no sentido de situar os participantes que não tivessem participado da reunião anterior, como forma de não truncar o trabalho. As reuniões ocorriam em grande grupo (colegiado) ou em pequenos grupos de trabalho, conforme os encaminhamentos dados ao longo do processo e dos debates.

Avanços conquistados

A organização curricular do curso de Pedagogia tem como referência a resolução do Consun nº 15/2000, as diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica 2000/2001 e os pareceres do CNE/CP nº 21/20001 e nº 28/2001. A partir dessas referências, buscou-se organizar o currículo de modo que as três modalidades da Pedagogia (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação Infantil) tivessem um núcleo comum de formação e um núcleo de formação específica.

O núcleo comum de formação desenvolve-se nos primeiros quatro níveis, onde predominam as disciplinas de formação básica e humanística. As disciplinas que compõem o núcleo de formação específica desenvolvem-se nos últimos quatro níveis do curso, espaço em que o acadêmico rea-

liza sua formação de acordo com a opção por uma das modalidades.

Na perspectiva da formação de educadores voltados para a realidade e os interesses da comunidade escolar, na reformulação considerou-se a necessidade de que a proposta busque atender, de forma coerente, à relação teoria/prática. Desse modo, entende-se que um processo dialético precisa ser adotado para poder formar um educador comprometido social e historicamente com um projeto educacional científico, ético, solidário e democrático. Nesse sentido, as disciplinas que compõem o núcleo comum e o núcleo de formação específica são integradas através da disciplina-âncora³ articulada com a disciplina Pesquisa e Prática de Ensino, que visa contextualizar a realidade educacional e estabelecer a relação teoria/prática, na perspectiva de uma atitude interdisciplinar entre os professores que atuam num mesmo nível do curso.

Também na atuação dos professores em sala de aula e em trabalho com seus pares, a proposta prevê que sejam incluídos períodos de reflexão sobre a investigação da prática pedagógica em processo e sobre as demais ações desenvolvidas. Propõe, ainda, o envolvimento da administração da unidade acadêmica na previsão de tempo e espaço; a interação dos professores de cada nível e o envolvimento dos alunos em diferentes momentos do trabalho pedagógico.

O encerramento de cada nível acadêmico é efetivado com um seminário e uma produção escrita, formalizando-se um documento-síntese de referência para o restante do curso. Os eixos que buscam fazer a articulação e a mediação permitem uma melhor compreensão da realidade socioeducacional e seguem os princípios da

contextualização, da dialogicidade, da ética, da humanização, da interdisciplinaridade e da relação teoria/prática.

O princípio da contextualização explicita-se na perspectiva da totalidade, especialmente quando o professor e o aluno do curso assumem uma atitude teórico-metodológica que faz consideração aos conflitos e às contradições que perpassam a realidade do sistema escolar. Nesse sentido, contextualizar significa perceber as articulações sociohistóricas, culturais, políticas, condições de sobrevivência, valores, normas e comportamentos dos grupos sociais em que o pedagogo se insere. Para isso, é necessário que haja a contribuição de diferentes saberes e o diálogo permanente entre as diferentes áreas de conhecimento. A contextualização coloca-se como recurso pedagógico que possibilita a construção do conhecimento através de um processo de relações significadas e ressignificadas no entorno social.

O princípio da dialogicidade indica que, no processo pedagógico, os conhecimentos são internalizados pelos sujeitos através do diálogo e da interação entre o sujeito e objeto de estudo. Esse princípio constitui-se num recurso pedagógico por permitir a aproximação do professor e do acadêmico no processo educativo, possibilitando desenvolver os aspectos cognitivo, afetivo e motor. Ainda, possibilita que se estabeleçam relações comunicativas e interativas entre os educandos, entre professor e educando e entre estes e o contexto social.

O princípio da ética indica que a proposta do curso visa à formação de um pedagogo comprometido com a justiça e a igualdade social. Para isso, o acadêmico necessita vivenciar situações de companheirismo e

de solidariedade, imprimindo ao meio universitário a condição de laboratório de desenvolvimento social e de aproximação entre os instituídos no processo de formação no curso.

O princípio da humanização visa à construção de possibilidades de troca entre os envolvidos no processo educativo. A identidade dos sujeitos permite movimento e transformação, que se dá no processo infinito de busca de significados, em que educador e educando se colocam como aprendizes e construtores do próprio contexto em que vivem.

O princípio da interdisciplinaridade aponta para a melhoria da qualidade na construção do conhecimento, buscando manter o diálogo permanente, que permite novas aprendizagens como resultado do processo vivenciado. Essa relação pode ser de questionamento, de confirmação, de contemplação, de negação ou de ampliação do saber. Assim, a interdisciplinaridade supõe a solução de um problema através de um eixo integrador, que se efetiva pela interação e pela síntese, articulando os elementos cognitivos da realidade.

O princípio da relação teoria/prática constitui-se em procedimento metodológico que envolve o processo de construção do conhecimento. Isso implica que haja reflexão sobre o fazer pedagógico e sobre a metodologia adotada no ato de ensinar e de aprender. Essa relação perpassa todo o currículo proposto, seja no núcleo comum de formação, seja no núcleo de formação específica de cada modalidade do curso.

Aponta-se também como avanço da proposta do curso a ampliação da carga horária da prática de ensino para quatrocentas horas, conforme proposição dos pareceres

do CNE/CP nº 21/20001 e nº 28/2001. Assim, a prática de ensino desenvolve-se a partir do nível I até o nível VIII do curso, sob a denominação de Pesquisa e Prática de Ensino, que nos primeiros quatro níveis é dinamizada através de eixos articuladores sob a orientação de uma disciplina-âncora designada em cada nível do curso.

Na Pedagogia Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o estágio supervisionado, conforme as diretrizes para a formação de professores, é desenvolvido nos níveis VI e VIII, respectivamente, estágio no ensino médio modalidade normal – matérias pedagógicas e anos iniciais. Na Pedagogia Educação Especial, também o estágio supervisionado se desenvolve nos níveis VI e VIII, respectivamente, estágio no ensino médio modalidade normal – matérias pedagógicas e em escolas de educação especial. E na Pedagogia Educação Infantil, o estágio supervisionado desenvolve-se nos níveis VI e VIII, respectivamente, estágio com crianças de zero a três anos (creches) e com crianças de quatro a seis anos (pré-escola); nessa modalidade, o estágio no ensino médio modalidade normal – matérias pedagógicas – é opcional, podendo ser realizado no nível VI do curso. Nas modalidades do curso, o estágio supervisionado integraliza quatrocentas horas, mínimo estabelecido pela legislação oficial.

A inclusão, no último nível do curso, do trabalho de conclusão objetiva que o acadêmico se aproprie dos aspectos teóricos e práticos desenvolvidos no processo de formação do pedagogo. O trabalho busca aprofundar uma temática de interesse do acadêmico, seguindo normas e orientações metodológicas para sua elaboração. Esse trabalho é apresentado em seminário aos

orientadores, professores e demais alunos ao final curso.

O envolvimento de temas emergentes do cotidiano socioeducacional dá-se através das atividades acadêmico-científico-culturais complementares. Essas atividades constituem-se no aproveitamento de estudos, de experiências e de eventos realizados pelos acadêmicos durante o período de realização do curso. Ainda, essas atividades apresentam-se através de amplas denominações e sem conteúdos previamente estabelecidos.

As disciplinas optativas seguem os princípios gerais da proposta do curso, tendo a finalidade de articular teoria e prática. Particularmente, na modalidade anos iniciais do ensino fundamental, as disciplinas optativas constituem a ênfase em Educação de Jovens e Adultos, que busca articular-se à matriz curricular do curso, estando organizada de forma progressiva e com vistas ao aprofundamento do tema proposto e à capacitação do acadêmico para atuar em classes de educação de jovens e adultos.

Proposta: experiência vivenciada e perspectivas

O processo vivenciado para a reformulação da proposta curricular do curso de Pedagogia enfrentou alguns entraves de ordem pragmática, especialmente em relação ao tempo disponível por parte dos professores para participarem de reuniões e sessões de estudos. Isso dificultou o envolvimento geral do Colegiado do Curso, gerando angústias e incertezas durante o processo, especialmente quando havia necessidade de tomar decisões em relação à inclusão de disciplinas, a alterações de

ementas, de denominação, à redução de créditos e outros.

No que se refere aos acadêmicos, a participação ocorreu quando algumas questões relacionadas à reformulação foram levadas para a sala de aula ou discutidas em seminários promovidos com essa finalidade. Ainda, a participação nas reuniões semanais por parte dos representantes discentes do curso ocorreu de forma pouco significativa, isto é, na maioria dos encontros não houve participação desse segmento. Perdeu-se, assim, a oportunidade de aprofundar a discussão teórica a respeito das concepções didáticas e pedagógicas que perpassam a formação do pedagogo.

Acredita-se que as adequações e inovações incluídas contribuem para alcançar a proposição do curso, que é de formar um educador capacitado para o desempenho do trabalho pedagógico na dimensão da docência, especialmente para atuação na educação formal. Para isso, quando da reformulação, buscou-se articular as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, por entender que na formação docente deve-se desenvolver no futuro educador a capacidade de produzir conhecimento a partir da prática, em estreita relação com as diferentes abordagens teóricas. Assim, é preciso que o pedagogo trabalhe na perspectiva da construção do conhecimento em forma de processo, e não de produto, que é resultado de construções anteriores e de outros.

Na dinâmica das sucessivas mudanças que ocorrem no contexto, o processo de formação do educador necessita desenvolver no acadêmico suas potencialidades e habilidades, conhecimentos e vivências, além de inseri-lo no processo sociohistórico para compreendê-lo e dele participar ativamente.

Acredita-se que a inserção da disciplina Pesquisa e Prática de Ensino a partir do primeiro nível do curso e com o propósito de desenvolvê-la através de um eixo articulador em cada nível possibilita que o acadêmico:

- elabore sua história de vida, enfatizando o seu processo educativo escolar;
- contextualize a escola de educação básica, elaborando instrumentos de coleta de dados e construindo o estudo diagnóstico, com ênfase nas dimensões socioculturais e econômicas;
- construa o referencial para a educação básica a partir da sistematização da realidade escolar;
- estabeleça a relação entre as teorias da aprendizagem e a realidade da formação através do conhecimento da proposta oficial estabelecida no projeto político-pedagógico da escola;
- articule a contextualização às práticas de formação docente para atuação no ensino médio, nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação especial e na educação infantil, aprofundando o conhecimento das dimensões pedagógicas das diferentes etapas de escolarização;
- integre ao seu conhecimento e à sua prática a relação teoria/prática, especialmente no momento da realização dos estágios;
- construa conhecimentos a partir da relação entre os sujeitos que fazem parte do cotidiano da escola, identificando procedimentos didático-pedagógicos que fortaleçam o processo de ensinar e de aprender, especialmente na alfabetização;

- identifique e coloque em prática os procedimentos didático-pedagógicos que favoreçam a inclusão do educando portador de necessidades educacionais especiais;
- desenvolva a prática de estágio em instituições inclusivas de educação especial, articulando os aspectos teóricos e práticos;
- contextualize as práticas desenvolvidas na fase da educação infantil (zero a seis anos) como forma de aprimorar o processo de formação do educador infantil, integrando à docência a política do cuidar, do educar e do brincar;
- sistematize de modo qualificado o processo planejado, vivenciado e avaliado no estágio supervisionado e no processo de formação ao longo do curso de Pedagogia.

Tem-se a expectativa de que o pedagogo possa desenvolver sua ação docente criando novas formas de convivência na sala de aula e na escola, alimentadas pelos valores e princípios da participação, da ética, da solidariedade e do diálogo. Certamente, porque uma nova forma de interação entre os sujeitos do processo educativo escolar implica igualdade, liberdade e direito de contribuir e opinar sobre a organização da prática pedagógica, tendo em vista ser esta uma prática social e uma prática metodológica.

Em consonância com o projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia, espera-se, ainda, que o pedagogo assuma na sua prática o compromisso social de atuar de maneira interdisciplinar e investigativa, possibilitando ao educando sentir, perceber, compreender, conceituar, transformar

e estabelecer relações com pessoas, com instrumentos e com o meio. Para isso, a prática docente necessita do envolvimento co-responsável do binômio educador/educando no desenvolvimento dos aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor, viabilizando a construção de conhecimentos e o aprimoramento das habilidades, dos hábitos, das atitudes e dos modos de convivência respeitosa e democrática.

Referências

BENINCÁ, Eli et al. Indicativos para a elaboração de uma proposta pedagógica. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 13-33, dez. 1994.

BONA, Salete Cleusa. Interdisciplinaridade: conceitos e proposições metodológicas. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 115-120, dez. 1994.

_____. Interdisciplinaridade – transdisciplinaridade: um caminho rumo às novas proposições curriculares. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 65-70, 1996.

BOOR, Norah de Toledo (Coord.). *Formação do professor das séries iniciais em nível superior: história de uma experiência*. Passo Fundo: Ediupf, 1991. v. 1. (Série Pedagogia em Aberto).

_____. *Proposta de ensino interdisciplinar em fundamentos de educação para a formação de*

professores das séries iniciais do 1º grau. Passo Fundo: Ediupf, 1991. v. 2. (Série Pedagogia em Aberto).

_____. *Prática pedagógica através de núcleos temáticos nas séries iniciais da escolarização*. Passo Fundo: Ediupf, 1991. v. 3. (Série Pedagogia em Aberto).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação básica, em cursos de nível superior*. 2000/2001. Pareceres CNE/CP 9/2001, 27/2001 e 28/2001.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Faculdade de Educação. Proposta de alteração curricular do curso de Pedagogia. Passo Fundo: UPF, nov. 2001.

_____. Diretrizes institucionais para reformulações curriculares. Passo Fundo: UPF. [s.d.].

_____. Conselho Universitário (Consun). Resolução 15/2000. Passo Fundo: UPF, 2000.

Notas

¹ Investigacion Titular Del Instituto Central de Ciencias Pedagógicas – ICCP, Habana.

² Professor do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo.

³ Sob a orientação da disciplina-âncora, desenvolve-se uma atividade extraclasse a partir de um eixo articulador em cada nível do curso. Essa atividade possibilita a integração dos conteúdos das disciplinas que são oferecidas em cada semestre.